



UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
REITORIA - Diretoria do Campus Governador Valadares

CONSELHO GESTOR DO CAMPUS UFJF/GV

Ata da 30ª Reunião Ordinária do Conselho Gestor do *Campus* UFJF/GV. Aos 08 dias do mês de novembro de dois mil e dezenove, às 13:30 horas, na B112 anexo da Faculdade Pitágoras, em Governador Valadares, realizou-se a reunião do Conselho Gestor do *Campus* da UFJF/GV. Presentes o **Presidente** do Conselho Gestor, professor Peterson Marco O. Andrade, Diretor Geral do *Campus*, que presidiu a reunião, o **Diretor do ICSA**, o professor Denis Alves Perdigão justificou a ausência e foi representado pelo Vice- Diretor Professor Henrique Almeida Queiroz, o **Diretor do ICV** justificou a ausência e foi representado pela Vice-Diretora Professora Waneska Alexandra Alves; os demais conselheiros: Prof. Fábio Pieri, Vice Diretor Geral e Coordenador Acadêmico; **Coordenadores de Cursos** John Leno Castro dos Santos, Geova José Madeira, Juliana Boglia Carini, Cristina Martins Coelho, Meirele Rodrigues Gonçalves, Alexandre Wesley Carvalho Barbosa, **Chefes de Departamento**, Cláudia Oliveira Fontes, Adriano Freitas de Azevedo, Alex Sander Moura, Ana Emília Farias Pontes, Rafael Marins Rezende, Michel Rodrigues Moreira, Luís Fernando Deresz, Leandro de Moraes Cardoso; **Representantes dos TAE's**, Diener Maick Piske, Eliana Nunes Hipólito. **Representantes Discentes**, ausentes; **Demais presentes**: Coordenador Administrativo, Emílio Mafalda Oliveira, Isadora Camargos Pacheco, representante do SINTUFEJUF/GV, Ricardo Cunha Grunewald, Gerente administrativo e representantes da comunidade acadêmica, dentre eles técnicos em educação e discentes. **No expediente**: O presidente iniciou a reunião cumprimentando os presentes e agradecendo a presença de todos. Em seguida prosseguiu com os informes do dia, passando a palavra para o Secretário Municipal da Fazenda, Jamir Calili, convidado pela Direção Geral do Campus para prestar esclarecimentos para a comunidade acadêmica da UFJF sobre a reunião realizada na Prefeitura no dia 04/11, na qualidade de representante do Sr. Prefeito Municipal, André Luiz Coelho Merlo, e sobre os anseios da comunidade civil para a criação de uma universidade local federal. Esclareceu que o governo municipal tem interesse na criação da universidade local e a consolidação da universidade dada as oportunidades profissionais que surgirão. Explicou que a reunião foi convocada pelo governo local, pois tinham a intenção de saber a perspectiva do Campus GV para formação da "UFGV" ou "UFRD" e ter conhecimento dos anseios da comunidade acadêmica diretamente envolvida na possível emancipação. Em reunião realizada em Brasília, em que o assunto foi tratado entre senadores e deputados, os representantes municipais avisaram aos deputados e senadores que qualquer ação nesse sentido necessitava amadurecimento da ideia antes que se concretize alguma mudança efetiva. O governo municipal tem intenção de atuar ativamente neste assunto quando tiver uma proposta mais completa, mas advertiu que o assunto tem sido tratado politicamente. Que a estratégia do governo local foi conversar antes com a comunidade acadêmica de Valadares, por entender ser a principal interessada e somente depois iriam conversar com os representantes da sede em Juiz de Fora. O governo local reconheceu a falha, pois concluíram em reunião interna que deveriam ter tido a cautela de antes da reunião acontecer, no dia 04/11/2019, de explicar qual seria o assunto pautado, e que neste meio tempo deveria ter comunicado ao Reitor. Mas que tal equívoco se deu mais por descuido do que por intenção de esconder este assunto de alguém, até porque já abordaram a questão superficialmente com o Reitor. O governo local entende que, embora seja do interesse das lideranças municipais, este não é um debate consolidado, e sim uma estratégia para com o Governo Federal. O governo local terá um posicionamento oficial com Juiz de Fora, mas antes quer estabelecer uma conversa com os envolvidos de Governador Valadares. O secretário advertiu que este não é um processo de curto prazo, e que uma emancipação pode levar anos, e que tomou ciência que o período de tutoria demora de 08 a 10 anos para se consolidar, após a criação de uma universidade por lei. Destacou que o governo local considera a relação com o reitor de excelente qualidade, inclusive se colocou a disposição para atuar politicamente a favor de sua indicação em Brasília, caso assim fosse do interesse do Reitor. Que o governo local está ciente das preocupações de infraestrutura do Campus GV e que o próprio secretário e o Reitor se falaram por

telefone, antes deste encontro para esclarecer a proposta do governo local, tendo aproveitado a oportunidade para, em nome do prefeito, pedir desculpas pelo ruído na comunicação. Que o Deputado Federal Hercílio Diniz comunicou ao prefeito e ao secretário que tentará conseguir alguma coisa em Brasília para o Campus nos quesitos relacionados a infraestrutura. Que o MEC/Governo não tem muita clareza sobre o que irá ser realizado ou a estratégia específica, que os já emancipados foram pedidos políticos, que não sabe quando vai ocorrer, reforçando que a reunião foi somente uma sondagem com a comunidade. O Diretor Peterson informou que solicitou para as representações dos estudantes, técnicos e Unidades Acadêmicas a indicação de representantes para compor uma comissão que tenha por objetivo conduzir o debate interno sobre a possível emancipação, cujo parecer será encaminhado ao Conselho Gestor, que irá referendar e repassar uma posição oficial. Foi informado que uma audiência pública está prevista para o final do mês de novembro ou início de dezembro na Câmara Municipal. Que a comissão pode convidar o MEC, a comunidade local, dentre outras instituições para participarem da Audiência Pública. Prof^o. Geova que acompanhou a abertura da UFVJM e da Universidade em Roraima reforçou que o debate interno é importantíssimo. A Prof.^a Cláudia manifestou o receio que a emancipação do campus movida pela movimentação política pode afetar a qualidade na prestação do ensino e funcionamento do Departamento de Ciências Básicas da Vida (DCBV), uma vez que o DCBV apresenta necessidades específicas quanto às instalações referentes aos laboratórios, e que tal departamento atende 6 cursos da saúde. Disse ainda que os servidores de GV são vinculados à UFJF, e questionou ao Secretário Jamir sobre a criação da nova autarquia, como ficará a situação da infraestrutura do Campus. Em relação aos questionamentos da Professora Cláudia, o Secretário disse que não sabe de todas as nuances, e que por isso prefere não opinar, e acredita que devemos nos informar com mais rigor. O Secretário Jamir opinou que não há solução fácil para o problema de infraestrutura do Campus GV, que ainda há certas resistências para o investimento de empresários e que a vinculação UFJF gera uma falha na compreensão da população sobre o Campus Avançado. Questionado sobre o que a prefeitura poderia fazer pelo campus, destacou que o Estado está reduzindo turmas na educação estadual, que acarretaria uma sobrecarga do Município, que possui uma demanda emergencial local que desafia a prefeitura, sendo inviável atualmente conceder algum local somente para a universidade. Que apesar disso a Prefeitura ajudou na conquista da FAGV para o Campus GV e não tem medido esforços para atender aos anseios do Campus. Portanto as resoluções de infraestrutura serão de médio e longo prazo, e que se depender de doação e ajuda de empresários que estes não tem manifestado interesse em investir na universidade coligada a JF e não a GV, por falta de compreensão. Voltou a reforçar que não houve decisão concreta ainda, pois estão aguardando a consolidação do pensamento em GV, que acredita que os servidores lotados em GV e os bens em GV passam a pertencer a nova autarquia em caso de emancipação. Que este é o momento para tirar as dúvidas e para se preparar para a emancipação, independe se ela vier agora ou no futuro. Que nas abordagens futuras em Brasília a proposta é ter a participação de um representante do Campus GV. Que as minúcias do processo terão que ser acompanhadas por uma junta de representantes do Campus GV. Que precisa do *know how* do Campus Sede da UFJF para a realização do processo emancipatório, que será concretizado se tiver garantias mínimas do governo federal e que nada deveria ser realizado sem a parceria com a sede. Que o Campus Gv tem trazido muito crescimento e desenvolvimento para a população, a exemplo da Secretaria de Ciência e Tecnologia a ser liderada pelo Prof. Hilton Manoel da UFJF GV. A Prof.^a Cláudia destacou que a emancipação, caso a comunidade acadêmica seja consultada sobre permanecer na autarquia de origem ou migrar para a nova autarquia, pode gerar um esvaziamento da universidade, pois entende que boa parte terá interesse em voltar para sede, se tiver a permissão legal. O Coordenador Acadêmico Prof^o Fabio Pieri fala sobre a criação recente no Estado do Tocantins, de uma nova universidade que teve seu campus avançado emancipado, que na lei que a criou houve a mudança automática dos servidores da sede para a nova autarquia. O Prof^o Alexandre enfatizou sua preocupação com o momento político para resolução e conclusão da emancipação, e perguntou ao Secretário qual seria a contrapartida que a Prefeitura irá oferecer no processo emancipatório e qual ela deseja? Onde será a base da Prefeitura, qual a demanda da Prefeitura em relação aos cursos da saúde, visto que atualmente é inviável, a prestação do atendimento básico de saúde à comunidade. Prof.^a Meirele sugeriu que fosse criada uma comissão jurídica, para que seja órgão consultivo a orientar as decisões, para que não fique baseado no '*achismo*', para que tenhamos maior esclarecimento. E indagou: dentro da proposta de emancipação existe alguém que já esteja discutindo as questões de locais por exemplo: se manterão os aluguéis, se voltará a construir, se terão novos locais etc. O Secretário Jamir respondeu que com a emancipação, acredita que

haverá muitos investimentos, a prefeitura poderá ampliar o auxílio a universidade e acelerar processos; trouxe como exemplo que para a realização de residência médica, apesar da boa vontade da sede, só houve solução a questão após nove meses, pois a Prefeitura ficou aguardando a análise de termos contratuais por Juiz de Fora; nesses nove meses a ausência de documentos poderia gerar irregularidades no hospital, que poderiam causar a responsabilidade legal do prefeito, em caso de incidentes. Outro exemplo de parceria do município foi o Parque Olímpico, repassado o interesse de doação para a UFJF em maio, pela prefeitura, ao invés de outras faculdades particulares. Que a Prefeitura tem interesse no funcionamento da faculdade, que isso ajuda o funcionamento da cidade e mobiliza o comércio, que nunca teve tanto desporto e lazer na cidade. Que não é prudente ao governo local dizer onde será a sede da 'UFGV', nem em quais cursos terão, que cabe ao governo local ajudar politicamente a resolver sobre a conquista do local, após a decisão da própria universidade de onde será alocada a sede. Que o governo local se dispõe a ajudar a achar soluções. Que o município tem algumas facilidades em conseguir auxílio do governo captando recursos. Que o governo local pode até informar quais cursos possam ser interessantes para o desenvolvimento da cidade, mas que isso é da alçada da universidade; que o Campus GV que irá desenvolver o conceitual da proposta da 'UFGV' e havendo permissão o governo local não vai medir esforços para conseguir politicamente a emancipação. Prof^a Meirele sugeriu que seja feito um cronograma com os cursos para que apresentem um compilado das principais dúvidas acerca da emancipação. O Diretor Peterson afirmou que sempre entendeu que a emancipação deveria partir de um processo ascendente de discussão (dos departamentos, Unidades Acadêmicas e Conselho Gestor do Campus até o Conselho Superior da UFJF), tanto que em tempos passados solicitou aos diretores discussões nas unidades, para de forma mais organizada; que inclusive os resultados das discussões passadas poderão ser reaproveitadas nos atuais estudos. O Prof^o Alexandre entende que não haverá muito debate e resistência do corpo docente, porém poderá haver problemas por falta de informações aos discentes, que deverão ser considerados e participar dos processos decisórios, pois as vezes são contra a emancipação sem motivo óbvio. O Diretor Peterson informou que já tem uma agenda com os representantes dos alunos para tratar dessas questões. O Prof^o Alex reforçou que deve haver planejamento de estrutura de pessoal, de cursos novos, o que será necessário, pois virão pró-reitoras e novos setores e não somente será necessária demanda de infraestrutura. A Srta. Isadora, representante do Sindicato local perguntou se existente algum recurso orçamentário previsto que irá subsidiar a possível emancipação. O Secretário Jamir respondeu que até o momento essa questão não foi tratada em Brasília e que não sabe informar. Que o Senador Anastasia falou a ele, que o presente para GV será a pauta da emancipação, se for do nosso interesse. Que Carlos Viana afirmou que a PEC 48 vai viabilizar a realização de projetos, captando recursos. O Prof^o Fábio relatou que os cargos e CDS criados na lei para a universidade emancipada no Tocantins, veio com um pacote de funções, tendo em vista também outras leis de criação que já analisou. Que foram criados quase 200 cargos na fundação da universidade do Tocantins. O Diretor Peterson destacou que faltam muitos servidores, setores e funções em GV; que existem somente na sede e que serão necessários para a emancipação, que a capacidade de funcionamento do Campus está no limite. A Prof^a Cláudia demonstrou preocupação com a possível união com o Campus avançado de Teófilo Otoni. O Secretário Jamir informou que além da possível união com o Campus Avançado de Teófilo Otoni, pode ocorrer uma incorporação de cursos, a exemplo dos cursos da UFOP realizados na região, mas destacou que isso são só especulações, e que não há algo definido. Que o governo local continuará lutando em Brasília pela infraestrutura do Campus GV. Citando um exemplo do que o governo local tem pensado, afirmou que era uma demanda da sociedade civil o curso de medicina veterinária, que o assunto não avançou com a UFJF, mas foi aceito e introduzido na cidade pela Univale. Afirmou que comentou isso, para demonstrar que o governo local tem interesses, mas que isso não quer dizer que a UFJF precise aceitar. Que em sua opinião, Juiz de Fora não terá oposição a emancipação, mas talvez a preocupação sobre investimentos imediatos. A Prof^a Cláudia disse que há muitas preocupações e dúvidas, dado o tempo curto para ocorrer a emancipação. Que a emancipação é um processo natural ao longo do tempo. Que o cenário político atual é favorável para a emancipação, mas é necessário prudência. O Secretário Jamir acredita ter feito certo ao avisar primeiro GV, sobre as notícias vindas de Brasília sobre a possível emancipação, que agora os debates devem descer aos departamentos, que apesar de ser ano eleitoral, isso não deveria preocupar a UFJF, até porque o governo municipal atual, irá trabalhar pelo menos até 31/12/2020, e não é interesse que o debate local contamine a pauta universitária. Que considera a ideia é boa, mas sabe que vai demorar e que devem cumprir os processos. Que foi designado pelo prefeito para liderar isso junto ao Campus GV e que está à disposição, mas que a

decisão precisa vir amadurecida da UFJF. Despediu-se, colocou a disposição e saiu da reunião. O Diretor Peterson agradeceu a todos que se manifestaram, frisou que devemos cuidar do planejamento para evitar a repetição dos problemas passados na implantação do Campus. Que precisamos de pessoas envolvidas para formação da comissão, que deve ser formada em breve, e antes da realização da audiência pública prevista para o final de novembro ou início de dezembro na Câmara Municipal. Que a participação ativa do titular e suplente é importante na comissão. Que toda preocupação levantada é bem-vinda, que será papel da comissão promover o debate e esclarecer as dúvidas. O Prof^o John questionou se será votado a coleta de dúvidas jurídicas. Qual serão os objetivos e finalidades da comissão? Que deve ser documentado para evitar fragmentação, com relatório detalhado. A dúvida é sobre quais circunstâncias vamos emancipar e quais requisitos necessários para viabilização da emancipação, como por exemplo, média de professores por alunos etc. O Presidente disse que não será realizada uma deliberação na reunião, por não estar na ordem do dia. O TAE Diener informou que o papel da comissão deve estar claro para que haja melhor indicação dos membros para essa comissão. O Diretor Peterson esclareceu que o prazo de comissão é de 30 ou 60 dias prorrogáveis. Ricardo questionou se a comissão irá ministrar os debates sobre a emancipação? E se haverá outras comissões, visto que o trabalho é muito grande e uma comissão apenas, talvez não consiga lidar com isso, sugere que sejam formados grupos de trabalho técnicos para ajudar a comissão em seu estudo. A Prof.^a Cláudia pergunta se as discussões irão ocorrer esse ano ainda. O Diretor Peterson respondeu que provavelmente os debates serão retomados em fevereiro ou março, após a audiência pública prevista para este ano; dada a proximidade do final do ano. Que a comissão poderá criar grupos de trabalho para auxiliar nas análises técnicas, pois terá atribuição de pedir assessoria jurídicas, financeiras, de viabilidade, etc. **Informes da Direção Geral:** O Diretor Peterson, em resposta aos questionamentos levantados na última reunião do Conselho Gestor pelo Prof^o João Paulo, que solicitou esclarecimentos sobre os pedidos realizados pela Direção Geral à reitoria, confeccionou o Ofício nº 72/20019, que seguiu anexo a convocação, trazendo um resumo de todos os pedidos realizados a reitoria, bem como trouxe esclarecimentos midiáticos, através de apresentação de slides, com fotos de todas as reuniões realizadas pela Direção Geral, como a audiências públicas de 2015, 2016, 2017 e 2018 com a presença do MEC, que já esteve por três vezes em GV em decorrência dos trabalhos realizados pela Direção Geral. A criação de uma Subcomissão para tratar dos campi fora de sede; trouxe ainda todos os trâmites dos processos abertos com as solicitações à reitoria. Diretor informou ainda que temos muitos entraves para desenvolver ações no Campus GV, pois temos autorização no regimento do campus para ordenar despesas, mas não tem acesso ao SIAFI. Foi apresentado ainda vários ofícios destinados a reitoria pedindo, inclusive a transmissão das reuniões do CONSU em GV, que não foi respondido até o presente momento. Apresentou-se também pedidos de capacitação para gestão de contratos datados de janeiro 2018 e setembro 2019; a presença de reitoria em reunião do conselho gestor para esclarecer sobre o relatório da Controladoria Geral da União; o relatório técnico sobre a alternativas da UFJF para atender as demandas e necessidades do Campus GV, inclusive tratando da estrutura definitiva necessária. Que se chegamos onde chegamos, teve uma equipe técnica que trabalhou muito para isso. O Discente João pergunta como está o processo licitatório da FAGV. O Coordenador Administrativo Emilio responde que sobre a licitação da FAGV, a equipe de infraestrutura entregou o RDC com todo o plano de ações, que vai acontecer com o valor disponível de capital, que o orçamento já está disponível, que terão outras licitações paralelas a obra. Que no projeto estrutural da FAGV está previsto uma biblioteca única do Campus GV; que o prédio terá acessibilidade, e futuramente, elevador, rampas etc e terá auditório inclusive. Informou ainda que Pró-Reitor Prof^o Marcos Tanure já se comprometeu em levar segunda-feira para a aprovação e o processo licitatório que ocorrerá em GV mesmo. **Demandas do Campus de GV:** O Diretor Peterson colocou em pauta a minuta feita com as solicitações a reitoria, questionando se havia algum destaque para sua aprovação. Ninguém manifestou, com dúvida e/ou destaque, então foi lida e explicada para conhecimento de todos os conselheiros. Que discutiram os seguintes itens: **Item 5 do documento:** alterada para tirar a palavra 'impessoalidade', e incluir 'conforme relatório da comissão de descentralização; **Item 12:** trocar o termo 'dezenas', por 'outras universidades pelo país'; **Item 13:** incluir diretores de unidades acadêmicas e coordenação acadêmica; **Item 17** retirado; **Item 16** retirado, para detalhamento da demanda pelo TI que será incluído na pauta da próxima reunião do Conselho Gestor; **Item 19:** incluir biblioteca. Assim foi votada e aprovada a minuta de Ofício com as solicitações para a Reitoria pelo Conselho Gestor. **Relatório de prestação de contas:** sobre os questionamentos levantando pelo Prof^o João Paulo no último conselho gestor, um deles sobre a diferença de valores de SCDP para institutos e Direção Geral, foi apresentado

pelo Sr. Emílio o detalhamento dos gastos, esclarecendo que em 2018 a UO das três direções era executada em conjunto durante alguns meses, não existindo a setorização atual entre Institutos e Direção Geral, pois tudo era proveniente na mesma UO. Foi agendada nova reunião do Conselho Gestor para as 13:30hrs do dia 21/11/19. O Diretor informou que conforme prevê o regimento do Conselho, serão feitas as advertências e solicitações de justificativas para os conselheiros que tem tido ausências recorrentes. Nada mais havendo a tratar, o presidente do Conselho Gestor, Peterson Marco, encerrou a reunião às dezessete horas e trinta minutos e, eu, Isadora Camargos Pacheco, Secretária deste Conselho, lavrei a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada eletronicamente. Ata aprovada na reunião do dia 30/07/2020



Documento assinado eletronicamente por **Angelo Marcio Leite Denadai, Diretor (a)**, em 31/07/2020, às 17:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jenifer Carvalho Grossi, Servidor(a)**, em 02/08/2020, às 11:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Cibele Velloso Rodrigues, Coordenador(a)**, em 02/08/2020, às 17:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Juliana Gonçalves Taveira, Chefe de Departamento**, em 03/08/2020, às 11:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Aline Pereira da Costa, Servidor(a)**, em 03/08/2020, às 14:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Angelica Cotta Lobo Leite Carneiro, Professor(a)**, em 03/08/2020, às 14:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Margarida Aparecida de Oliveira, Professor(a)**, em 03/08/2020, às 21:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **John Leno Castro dos Santos, Coordenador(a)**, em 04/08/2020, às 10:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Juliana Pogia Carini, Coordenador(a)**, em 06/08/2020, às 19:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Schirley Maria Policario, Coordenador(a)**, em 10/08/2020, às 13:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

Documento assinado eletronicamente por **Fabio Alessandro Pieri, Coordenador(a)**, em 21/08/2020,



às 16:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Peterson Marco de Oliveira Andrade, Diretor (a)**, em 25/08/2020, às 11:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-Ufjf (www2.ufjf.br/SEI) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador **0120959** e o código CRC **A154F492**.